

ENTRE A CIDADE REAL E A CIDADE IDEAL: AGENTES E REPRESENTAÇÕES DE MARIANA –MG (1711-1808)

Diogo Fonseca Borsoi¹

Palavras-chave: urbanização; Minas Gerais; Período colonial; Câmara Municipal.

INTRODUÇÃO

Grande parte a bibliografia recente a respeito da história das cidades brasileiras tem se apoiado em fontes de origem iconográfica ou cartográfica. Os primeiros pesquisadores a lançarem mão destas fontes foram Nestor Goulart Reis Filho em “Evolução Urbana no Brasil” (1968) e Paulo Ferreira Santos em “Formação de Cidades no Brasil Colonial” (1968). Ambas as obras citadas estão inseridas em uma discussão acerca da morfologia dos núcleos coloniais brasileiros, a qual é iniciada por Sérgio Buarque de Holanda em um ensaio intitulado *O Semeador e o Ladrilhador* que compõe o livro *Raízes do Brasil* (2005). Nesta obra, A urbe tem um papel racionalizador e colonizador, que destoa do perfil *aventureiro* do português, preocupado com o enriquecimento fácil, sem vínculos duradouros com os lugares onde passava. Suas cidades seriam semeadas pelo litoral sem compromisso; sua forma foi ordenada pelo relevo e sua construção se deu sem “nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo” (HOLANDA. 2005, p.110).

Reis Filho e Santos vão matizar esse quadro construído por Holanda e, neste contexto, as fontes cartográficas vão ser importantes neste projeto, pois é através delas que se começou a construir uma nova interpretação, a qual afirmaria que tais núcleos não seriam tão “desleixados” como afirmaria Holanda. Estes, por outro lado, teriam uma certa ordem registrada nos mapas e croquis coloniais.

A corrente que defende a existência de uma ordem para os núcleos coloniais foi denominada de “paradigma da ordem” por Torrão Filho (2003, p.127) e também se encontra expressa em outros termos como *planejado*, *artificial* ou *formal*. Essa interpretação vai ter seu ponto máximo na obra de Roberta Marx Delson que lança o estudo intitulado de *Novas Vilas para o Brasil-Colônia* (1997) pouco mais de uma década depois das obras de Reis Filho e Santos. Este trabalho, focalizando o século XVIII, complementa

¹ Mestrando em Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e docente do SENAC São Paulo Unidade Taubaté.

as análises de Reis Filho, cujo recorte vai até 1720. Delson, através de uma pesquisa elaborada acerca da cartografia setecentista, afirma categoricamente que a Coroa portuguesa tinha um projeto sistemático de implantação e planejamento de vilas e cidades no século XVIII. Para a autora, a Coroa portuguesa, na retaguarda da iniciativa privada de colonização do interior, impôs sua autoridade pela implantação de cidades rigorosamente planejadas em áreas remotas da colônia.

Dentro de estudos com enfoque mais regional, tais ideias vão ser aplicadas para o caso mineiro somente na década de 1990 com os trabalhos de Cláudia Damasceno da Fonseca. Para ela, a implantação de traçados em xadrez, levada a cabo pelos engenheiros militares portugueses, fazia parte de “uma política urbanizadora mais agressiva, visando controlar mais diretamente não somente as cidades reais e sedes das capitânicas, mas todas as aglomerações, em todos os níveis e regiões, a fim de conter a dispersão da população” (FONSECA, 1998, p.43). Em conformidade com os últimos estudos citados, Fonseca lança mão de documentação cartográfica para construção de suas assertivas. É através de projetos do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim que a autora vai afirmar que Mariana é expressão dessa tentativa de controle da Colônia feita pela Coroa portuguesa através da imposição de traçados retilíneos.

As obras apresentadas vão eleger a cartografia como fonte principal para compreensão dos núcleos coloniais, pois é a através dela que tais pesquisadores puderam captar os projetos, planos e intenções dos engenheiros militares portugueses quanto à linearidade de tais núcleos.

Os documentos cartográficos sobre os núcleos coloniais brasileiros de forma geral e, em particular, os arraiais e as vilas mineiras são, em grande parte, produzidos por representantes diretos da Coroa portuguesa chamados também de engenheiros militares lusitanos. Essa documentação vai ser largamente utilizada pelos defensores de uma certa regularidade para os traçados urbanos setecentistas, pois é através destas fontes que tem sido possível encontrar intenções de ordenar tais núcleos.

Por outro lado, pesquisas recentes têm investigado outros aspectos das cidades coloniais que não eram trabalhados sistematicamente na literatura acadêmica até então. Uma série de trabalhos vem reformulando a tendência apresentada na bibliografia acima e propondo novas abordagens. No *paradigma da ordem* até então discutido, subjaz um conceito específico de regularidade, caracterizado por Bastos (2007, p.30):

pela geometria uniforme no traçado retilíneo de arruamentos e praças; geometria esta que representaria uma proposição racional do homem, resultante da necessidade de se alcançar uma espécie de “ordem” prefigurada pelo número, pela constância, pela repetição e pela previsibilidade

Nesse sentido, Reis filho propõe uma revisão do conceito de regularidade apresentado, afirmando que também pode havê-la “quando em um processo podemos observar séries de eventos, com a repetição de determinadas características” (REIS FILHO, 1999, p.19).

Essa reformulação abre uma nova chave de leitura dos núcleos urbanos coloniais ibero-americanos, pois nos permite criar um olhar que contemple não só planos prévios produzidos pelos

agentes da Coroa portuguesa e registrados em mapas, croquis e ordenações, mas também uma *prática* (CERTEAU, 1985) de produção espacial mais ampla, abrangendo outras formas de organização espacial levadas a cabo por diversos agentes interventores nos núcleos urbanos e registradas em um *corpus* documental igualmente amplo.

Neste sentido, para a atual cidade de Mariana, destacam-se pelo menos dois outros agentes interventores da cidade que tiveram um papel importante na dinâmica espacial deste núcleo: A Câmara municipal e os próprios cidadãos. Ambos foram interventores nos planos e intenções dos engenheiros militares e tais intervenções podem ser encontradas na documentação desta própria Câmara principalmente em editais, posturas, petições e ordenações.

A documentação oriunda dos engenheiros militares fornece uma visão *panorâmica* da cidade, na qual inúmeras práticas permanecem encobertas. Reduzindo a escala de análise, no patamar onde a cidade perde a unidade, pode-se verificar outro universo dinâmico de cidadãos “cuja as redes [...] avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços [...]” (CERTEAU, 1994, p.171). Caminhando, construindo, demolindo e refazendo a cidade, o universo das práticas fornece uma realidade bem distinta das registradas nos desenhos cartográficos ou iconográficos. Diz Certeau (1994, p.174):

A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A cidade se torna tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir

Tendo essas idéias em foco, A proposta do presente trabalho é relacionar a documentação cartográfica publicada por Reis filho (2001) sobre a cidade de Mariana-MG com dois estudos de caso oriundos de uma documentação camarária existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM) entre 1711, data de elevação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo ao posto de Vila, até 1808. Os acórdãos, as posturas e os editais da câmara municipal de Mariana se apresentam como documentação interessante para compreender a dinâmica que configurou a morfologia urbana desta cidade. O cruzamento da cartografia existente com a documentação camarária possibilita ao pesquisador observar o seu objeto de estudo através de diversas escalas e, assim, absorver melhor a dinâmica do processo urbano que a cartografia, muitas vezes, não registra.

A DINÂMICA DE PRODUÇÃO URBANA DE MARIANA - MG

Em relação ao ordenamento urbano, pode-se perceber que, na organização espacial de Mariana, pelo menos duas ordens distintas atuaram: a Coroa portuguesa, por seus engenheiros militares, e as câmaras municipais, na figura dos almotacés. Esses dois poderes tiveram responsabilidades distintas, embora complementares, no controle e ordenamento do núcleo.

Os engenheiros lusitanos atuaram com projetos já implantados em outros lugares da colônia (DELSON, 1997) e reformas que envolveram o núcleo urbano, priorizando aspectos formais de cunho dito *geométrico*. Paralelamente, as câmaras, embora sejam desdobramentos do sistema político-fiscal lusitano, eram administradas pelos *homens bons* das vilas e assumiam formas próprias na conformação e fiscalização da produção espacial, tentando implantar mecanismos de controle baseados na resolução de problemas cotidianos, consolidando costumes e soluções para problemas urbanos, divulgados em posturas e editais apregoados nos pontos públicos da cidade.

Os procedimentos de organização espacial levados a cabo pelos membros da Câmara atingiam cidadãos já instalados. Na Figura A, na parte destacada como Caso 1 no mapa, em 1744, José Pereira da Costa envia uma petição aos membros do conselho contra a desapropriação dos fundos de sua casa, pedindo uma reavaliação, pois o dito lugar é “onde tem cozinha, senzala e estrebaria, e serventia dos fundos das suas casas por onde se pretende fazer a nova ponte” para o bairro de Santana. . Na argumentação de José Pereira, a reavaliação do lugar se fazia necessário devido à grande pobreza em que o mesmo se achava e por ser desde 1737 “tesoureiro da Bulla” sem que ele tivesse lucro algum com essa ocupação. Algum tempo depois, os oficiais da Câmara reavaliaram os fundos da casa de José Pereira e informaram:

em conformidade da ordem de Vm.os a respeito do requerimento do suplicante [?] a paragem examinada está [corruído] [em] [con]formidade av. do o que o suplicante alega, [...] a tempo que fazendo-se a ponte mais acima [possível] se rematará por menos a dita obra seguindo-se, assim, a este senado menos despesa [...](AHCMM, 1744, cód. 705, fl.29)

É possível perceber que houve impasse entre a Câmara e cidadãos, na instalação da infraestrutura urbana, fazendo a primeira reconsiderar suas ações, devido à reivindicação do dito cidadão. Partindo da hipótese de que a Câmara seguia as orientações registradas na carta cartográfica acima, podemos afirmar que a posição da ponte teve que ser alterada para atender as reivindicações de José Pereira já residente no local onde de construiria a ponte.

No Caso 2, destacado no mapa da Figura A, em 1795, os membros do Conselho, em virtude das obras na praça do chafariz, explicam:

acordão que visto fazer, e regular a praça principal desta cidade vulgarmente chamada de largo do chafariz a casa de dona Joana Jacinta Claudia situada em um dos ângulos da dita praça por correr para o centro desta fora do [nível], ou termo, em que vem, [ou está] o outro ângulo correspondente, aonde é casa do falecido João Gaspar de Faria ou dona Rita Eufria, e ser necessário tirar semelhante obstáculo, o que nunca pode efetuar-se, por [ser] necessário indenizar a proprietária do valor da dita casa, e não o permitindo até o que o empenho dessa câmara agora, que a dita proprietária se ofereceu a ceder o terreno respectivo somente com a condição de ser e fazer armar a casa, que nele tem para os fundos da mesma em forma, que venha [vizinhar] diretamente com o outro referido ângulo, que foi esquina para a rua de São José, cuja obra fica cômoda a este senado pela sua menor despesa, obtendo-se assim [perten.o] de regular e a formosear a praça, como se obriga a fazer, eram esses motivos bastantes para se mandar pôr, como de fato se por em braça

a obra da demolição, e mudança da dita casa por conta do mesmo senado na conformidade das condições respectivas, e tão bem mudar-se o chafariz que está na dita praça por desembaraçá-la encostando por [pouco?] na da [frente] a um lado dela, não permitindo outro sim a figura do dito chafariz, com a do de sua situação (AHCMM, 1795, cód. 209, fl.132. Grifos nossos)

Pode-se perceber também que havia, entre os conselheiros da Câmara, a intenção de conformar o espaço da praça do chafariz, de modo a deixá-la com algum rigor *geométrico*. Como se dá a entender, a casa de Joana Jacinta tinha sido um empecilho, há algum tempo, para as obras na praça, que só foram lançadas depois da concessão do terreno pela proprietária.

CONCLUSÃO

A Figura B mostra a “Plãta da cidade de Mariana” provalmente produzida em meados do século XVIII e uma planta atual do Centro Histórico da mesma cidade. Comparando o traçado atual com a “Plãta da cidade de Marianna” nota-se uma disparidade quanto à retilinearidade dos traçados.

Como foi mostrado, uma explicação para esta diferença repousa na reformulação do conceito de regularidade levada a cabo por trabalhos recentes. Tal conceito tem sido pensado não somente como sinônimo de proporcionalidade e utilização de ângulos retos, mas também como repetição de determinadas características, abrindo novas chaves de leituras para morfologia urbana colonial.

Outro ponto que deve ser considerado é o estudo dos diversos agentes que promoveram intervenções nos traçados dos núcleos com destaque para as câmaras. O estudo dos documentos camarários, como foi mostrado, possibilita uma leitura dinâmica da cidade, explicitando os acordos, conflitos, e negociações que havia entre uma cidade ideal e uma cidade real.

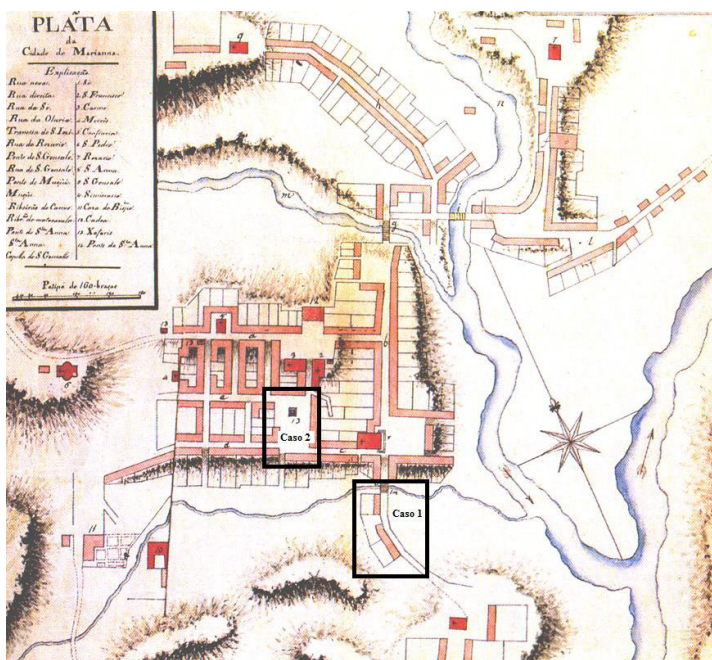


Figura A: “Plãta da cidade de Mariana” (meados séc. XVIII). In Arquivo Histórico do Exército/RJ. (*grifos nossos*).

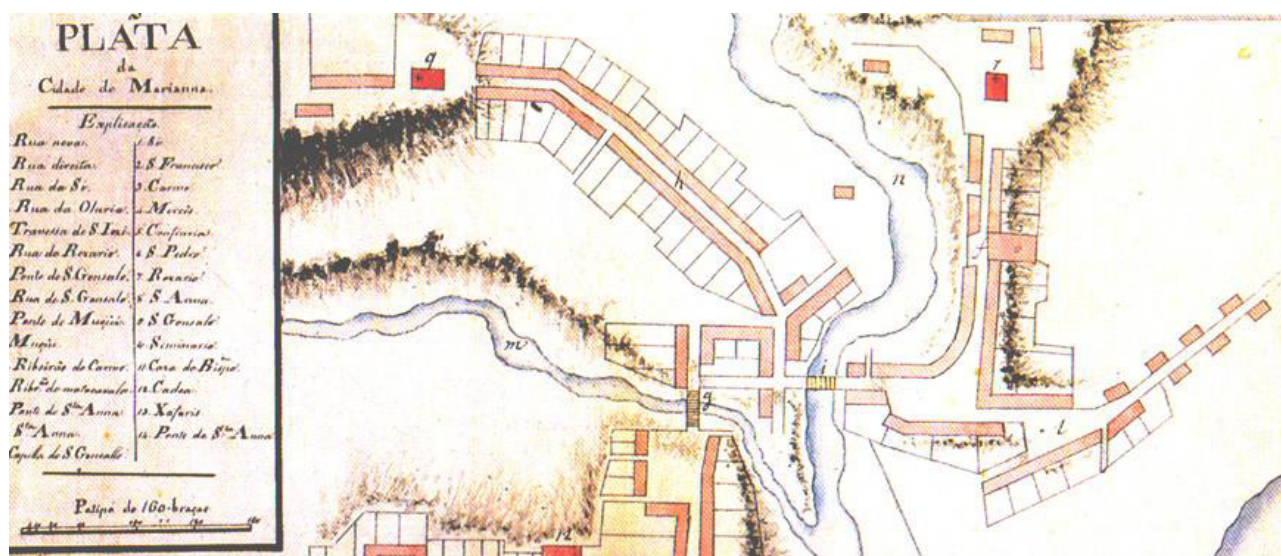


Figura B: Comparação entre a Planta atual do centro histórico de Mariana. (In: Inventário Monumental de Ouro Preto e Mariana. FMG/IPHAN) e “Plãta da cidade de Mariana” (meados séc. XVIII). In Arquivo Histórico do Exército/RJ.

BIBLIOGRAFIA

Documentos:

Arquivo Histórico Municipal de Mariana (AHMM):

Códice 705, folha 29;

Códice 209, folha 132;

Livros, artigos, teses e dissertações

BASTOS, Rodrigo de Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. O decoro e o urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação da cidade de Mariana, Minas Gerais, meados do século XVIII. Publicado na *Revista Barroco*, n. 19, maio/2005, pp. 273-295.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. Regularidade e ordem nas povoações mineiras no século XVIII. *Revista do IEB*. n.44, fev 2007. p.27-54.

CERTEAU, Michel de. Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo: FAU/USP, 1985.p.3-19.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*.1.Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes,1994. 12ª Edição.

DELSON, Roberta Max. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Brasília: Alva-ciord, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno da. *Des Terres aux Villes de l'or*. Pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: Gênese e transformação de uma Paisagem cultural*. Belo Horizonte: Instituto de Geociências da UFMG, 1995. (dissertação de Mestrado).
- FONSECA, Claudia Damasceno. O espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In *Termo de Mariana. História e Documentação*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1998
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 26ª Edição.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999 (cadernos do LAP, 30).
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1968.
- REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. Editora: EDUSP, 2001.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a Lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.
- SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. Um texto fundador e as raízes de uma interpretação: Sérgio Buarque de Holanda e a desordem Pitoresca da cidade colonial. *Politéia: História e Sociologia*, V.3 n.1. Vitória da Conquista: 2003. p.113-132.
- TORRÃO FILHO, Amilcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão? a cidade colonial na América portuguesa e o caso da São Paulo na administração de Morgado de Mateus (1765-1775)*. Campinas: UNICAMP, 2004. (dissertação em História)